

NEOLIBERALISMO E INSTITUCIONALIDADE EM PERÍODO DE REDEMOCRATIZAÇÃO NO CHILE: OS DISCURSOS FEMINISTAS EM *MENSAJE* (1983-1990)

Iasmin do Prado Gomes¹

Segunda onda dos feminismos

Os movimentos feministas da América Latina são múltiplos e exigem análises específicas que nem sempre são capazes de abordar todas as complexidades vividas por mulheres originárias, negras, quilombolas, trans, LGBTQIAP+ e com deficiência que ocupam este território. Pesquisadoras do Sul Global chamam a atenção para o fato de que grande parte das teorias feministas produzidas pelo Norte não contemplam as experiências de mulheres latino-americanas, pois estudar as suas realidades implica em reconhecimento de histórias caracterizadas por aspectos como colonialismo, racismo e imperialismo. Dessa forma, estudar a História das Mulheres da América Latina pede a desconstrução de categorias, conceitos e periodizações pré-estabelecidas pela ciência ocidental e a construção de metodologias próprias que almejem romper com a colonização teórica do pensamento feminista latino-americano (ODILA; RAGO, 2019). Um exemplo de exercício epistêmico que corrobora para com o questionamento de estruturas coloniais é o seguinte trecho do texto de Joênia Wapichana presente no manifesto “Feminismo para os 99%” publicado em 2019:

As relações de poder precisam ser revistas, subvertidas, transformadas - sejam elas entre homens e mulheres, entre seres humanos de culturas e origens diferentes, entre seres humanos e o planeta, entre os donos do capital e dos meios de produção e os que entram com sua força de trabalho e de reprodução social, ou que trazem à humanidade cultura e criatividade. Assim, é fundamental um olhar específico de inclusão dos segmentos invisíveis nos espaços de poder - um olhar que abarque e seja abarcado pelos povos indígenas. O que queremos é um convívio sem dominante e nem dominado, com complementação e nunca exploração, cultivando relações colaborativas coletivas, reestruturando a noção de poder e direcionando nosso pensamento para a igualdade - política, econômica e social (WAPICHANA, 2019, pp.2-3).

Nesta pesquisa, falaremos sobre um movimento feminista que contém as suas particularidades e limitações: um feminismo que eclodiu em meio à ditadura militar no Chile (1973-1990) e corresponde à segunda onda dos feminismos do país. Ressaltamos que as divisões em ondas não são um consenso entre os estudos feministas que, assim como todo

¹ Mestranda em História pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP).

campo de conhecimento, apresentam heterogeneidade. Geralmente, as segundas ondas dos feminismos são datadas conforme acontecimentos estadunidenses e europeus. No entanto, autoras latino-americanas salientam a importância de formulações específicas para o entendimento destes movimentos em nossa região. Reivindicar as particularidades das organizações de mulheres do Sul, não implica em descartar as colaborações do Norte para com as suas práticas e teorias.

Convém sublinhar que pensar o feminismo a partir de diferentes ondas reforça a ideia da existência de centros irradiadores e suas margens; é como se uma pedra tivesse sido atirada na água, formando várias ondas. Estas vão se abrindo e apontando para a circulação de discursos e teorias que partem de um centro produtor, sendo este, em geral, os países considerados desenvolvidos do hemisfério norte; em seguida, dirigem-se para o hemisfério sul, localização principal dos países considerados subdesenvolvidos (PEDRO, 2001, p.3).

Historiadoras como Joana Maria Pedro (2008), têm contribuído para os estudos dos feminismos da América do Sul no século XX. Um de seus trabalhos, investigou as relações dos protestos de maio de 1968 desenvolvidos na França e em outras partes do mundo com as segundas ondas dos feminismos, evidenciando quais são os seus legados para os movimentos de mulheres do Cone Sul. Segundo Pedro (2008), essas mobilizações foram caracterizadas por frases de efeito e palavras de ordem que denunciaram a subordinação feminina e estão presentes em muros e ruas de países latino-americanos na contemporaneidade.

Assim como os demais movimentos, o feminismo de “Segunda Onda” produziu uma “fraseologia” que tentava indicar, através das palavras, uma explicação para a subordinação das mulheres. Palavras como “patriarcado”, “condição feminina”, “relações de gênero”, “relações de sexo”, indicavam divisões, posições e disputas. Produziu frases de efeito, numa mistura geralmente bem-humorada, mas muitas vezes também trágica, para atrair a atenção e formular suas reivindicações, por vezes acompanhada, também, de dramatizações (PEDRO, 2008, p.60).

Na primeira onda dos feminismos (fins do séc. XIX e início do XX), houve intervenções em prol de direitos políticos e institucionais, enquanto a segunda (meados dos anos 1960) incorporou consideravelmente temáticas sobre a sexualidade. Ao contrário dos feminismos da primeira onda que, no geral, contaram com mulheres letradas da classe média, os da segunda se articularam com diversos grupos que também lutavam contra as opressões. Porém, é digno de nota que nos Estados Unidos, os movimentos negros consistiram em inspiração para os de libertação das mulheres nas duas divisões e ambos se radicalizaram e potencializaram as suas pautas com o decorrer de suas atuações (BARRANCOS, 2008; DAVIS, 2016; PEDRO, 2008, p. 67). A intelectual Angela Davis afirmou que “Quando a verdadeira história da causa

antiescravagista for escrita, as mulheres ocuparão um vasto espaço em suas páginas; porque a causa das pessoas escravas tem sido particularmente uma causa das mulheres.”²

É importante enfatizarmos que cada força política e social agiu de acordo com o contexto histórico e as resistências e as repressões desencadeadas em seu espaço-tempo. As suas ações foram determinadas pela materialidade, o que nos possibilita induzir que movimentos com reivindicações semelhantes poderiam agir de maneira distinta conforme a sua localidade e temporalidade. Por isso, ressaltamos que as sujeitas de nossa investigação englobam um feminismo muito particular e complexo que possui semelhanças com os feminismos das segundas ondas e as reivindicações feministas chilenas de projeção nacional, mas também diferenças e contradições.

Algumas semelhanças são a compreensão de que o pessoal é político e a preocupação em tecer epistemologias feministas. A politização do espaço privado se manifestou nas produções teóricas das sujeitas que compunham estes movimentos, algo que é notável nas publicações materializadas em *Mensaje*. Além disso, temos outra característica em comum entre o nosso objeto de estudo e grande parte dos movimentos de mulheres na América do Sul: as manifestações contra as ditaduras militares. É interessante o quanto as organizações de mulheres desse período articularam áreas como feminismo e democracia, denunciando as violações aos direitos humanos protagonizadas pelo Estado.

Já uma diferença entre o feminismo materializado em nossa fonte e as segundas ondas dos feminismos na América Latina é o fato dele não ter explorado de forma significativa questões que englobam a sexualidade feminina. Por mais que tenha articulado de maneira instigante as opressões impostas às mulheres nos campos público e privado, as produções feministas em *Mensaje* não deram ênfase a assuntos como o divórcio, a pílula anticoncepcional e o aborto. Acreditamos que tal fato se deu porque o impresso em destaque é católico e os seguintes temas eram caros para a hierarquia eclesiástica e a sociedade chilena historicamente caracterizada pelo conservadorismo. Vale ressaltar que muitas das agentes que atuaram em organizações feministas eram religiosas e encontraram na tutela da Igreja Católica ferramentas de sobrevivência em um cenário de intensa perseguição política aos indivíduos contrários aos ideais e ações protagonizados pelo estado ditatorial.

Também destacamos que apesar das inúmeras intersecções, os movimentos feministas da América do Sul possuem marcos diversos que, assim como as suas ondas, não contém

² DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. Boitempo, 1. ed., 2016, p.49.

absoluta concordância. No Brasil, os anos de 1972 e 1979 foram marcantes porque dataram a construção dos primeiros grupos de consciência (onde eram discutidas as realidades de mulheres) em São Paulo e Rio de Janeiro e a promulgação da anistia, respectivamente. Na Argentina da década de 1970, ocorreram a formação de várias organizações feministas. Já na Bolívia, a consolidação de grupos de consciência se deu apenas em fins da década de 1980. O país viveu ditaduras que dificultaram a formação de encontros e discussões em momentos anteriores. No Paraguai, as primeiras organizações de mulheres surgiram no início da década de 1980 perante a ditadura de Alfredo Strossner. Enquanto no Uruguai, alguns direitos feministas foram conquistados antes da década de 1960 (PEDRO, 2001). E no Chile? Como a eclosão feminista se manifestou? Iremos explorar a questão no próximo tópico.

Movimentos feministas durante a ditadura militar chilena

O golpe de 11 de setembro de 1973 contra Salvador Allende possibilitou mecanismos para que organizações feministas chilenas surgissem reivindicando democracia e autonomia para as mulheres nos âmbitos público e privado. O movimento feminista chileno eclodiu, dando fim ao que autoras nomearam como “Silêncio Feminista”. Para Julieta Kirkwood (1982), a precursora da segunda onda do feminismo chileno, este “silêncio” teve início após a conquista do voto feminino em 1949³ quando houve o declínio da participação feminina em organizações sociais e políticas e findou-se em 1973 com a instauração da ditadura militar.

Os feminismos no Chile foram de grande importância para a reivindicação pela democracia e participação feminina em espaços públicos, sobretudo em cargos e partidos políticos. Atuou de maneira destacável na busca por desaparecidos e na luta internacionalista do exílio, caracterizando-se por forte teor político porque a sua própria eclosão se deu em resposta ao contexto de repressão e autoritarismo. Segundo Sepúlveda (2013), “No es aventurado decir que sus prácticas de resistencia están en la base del proceso de re-democratización vivido en el país.”⁴

Por isso, devemos ter em mente que geralmente a segunda onda dos movimentos feministas no Chile é dividida em três fases: nos anos iniciais enfatizou a defesa da vida e a luta

³ Vale lembrar que o voto feminino foi conquistado em dezembro de 1948 e oficialmente praticado em 1949. No entanto, se estendeu apenas às mulheres alfabetizadas. Somente em 1970, foi estipulado o voto para todas as mulheres chilenas (BARRANCOS, 2022, p.168).

⁴ SEPÚLVEDA, Vanessa. *Democracia en el país y en la casa. Reflexión y activismo feminista durante la ditadura de Pinochet (1973-1990)*. Cuadernos Kóre. Revista de historia y pensamiento de género N° 8 (Primavera-Verano 2013), p. 98. Disponível em www.uc3m.es/cuadernoskore.

por justiça para com os indivíduos que tiveram direitos humanos violados pela ditadura militar. Entre fins da década de 1970 e início da de 1980, construiu os primeiros grupos feministas e encontros de mulheres da América Latina e do Caribe, etapa caracterizada por início de problematizações exclusivamente femininas. Já entre 1982 e 1986, realizou forte mobilização contra a repressão do Estado, ampliou o contato com o feminismo latino-americano e contou com grandes coordenadoras de grupos de mulheres (WOITOWICZP; PEDRO, 2009). No fim da década, a preocupação com a inserção feminina na democracia se fez presente, ambas as fases são perceptíveis nas trajetórias das militantes que atuaram em *Mensaje*, sendo as duas últimas mais explícitas no recorte temporal que contempla esta pesquisa.

Muitas das sujeitas que foram às ruas reivindicar democracia não se declararam como feministas nos anos iniciais das mobilizações contra a ditadura militar. No entanto, a partir de seu desejo de seguir o modelo cultural de boas mães e esposas historicamente fomentado pela sociedade chilena, formaram agrupações de familiares e vítimas da repressão (exilados, perseguidos, torturados, etc) e grupos tutelados pela Igreja Católica. Posteriormente, estas organizações discutiram sobre a condição da mulher, abordando temas como a sexualidade e autoconsciência. Assim, agentes que inicialmente se mobilizaram contra as violações aos direitos humanos se reconheceram enquanto feministas e entenderam que as opressões do gênero e da política estavam interligadas (VALDÉS, 1987, págs. 13-14).

A partir da década de 1980, houve uma maior rearticulação das forças sociais devido ao exercício de abertura democrática em curso no país. Uma das bases dessas reivindicações populares foram grupos de mulheres como a *Agrupación de Mujeres Democráticas* e o CODEM (*Comisión de Derechos de la Mujer*). Em 1983, o processo de explosão feminista foi intensificado, assim como a participação de partidos políticos na esfera pública chilena. Duas instituições de mulheres se destacaram neste cenário: o MEMCH '83 (*Movimiento pro Emancipación de la Mujer Chilena*) que englobou a maior parte das organizações sociais femininas de oposição ao autoritarismo e o grupo *Mujeres por la Vida* que contemplou amplos setores políticos, partidários, independentes e feministas de oposição a Pinochet (VALDÉS, 1987).

Democracia en el país y en la casa

O ano de 1983 consistiu em um momento simbólico para os feminismos chilenos tanto do ponto de vista prático quanto do teórico. Neste momento, o slogan *Democracia en el país y en la casa* se fez presente entre os movimentos liderados por mulheres que denunciaram as

repressões desenvolvidas pelo regime de exceção e o patriarcado que estabelecia papéis de gênero nas esferas públicas e privadas (KIRKWOOD, 1982; SEPÚLVEDA, 2013). A força mobilizadora destas organizações mostrou que o pessoal é político e que, ao contrário do que muitos pensavam, feminismo e política não eram áreas dissociáveis. Além disso, chamou a atenção para questões da esfera privada que envolviam a violência doméstica e o trabalho de reprodução social, o que não agradou setores conservadores da sociedade chilena.

O movimento feminista irrompeu com força no movimento de mulheres contra a ditadura, que continuava sendo considerada uma contradição secundária. “Democracia no país e em casa” foi o lema que sintetizou nossas reivindicações e encontrou sentido em muitas mulheres que trabalhavam sem remuneração e reconhecimento no âmbito doméstico; em algumas que militavam em organizações de estrutura patriarcal; em outras que viviam uma realidade oculta no âmbito privado: a violência doméstica – para mencionar apenas uma (CONTRERAS, 2017, p. 224).

De acordo com Teresa Valdés (1987), as mulheres chilenas vivenciaram uma dupla opressão: a dominação de gênero resultante da estrutura patriarcal e a dominação política imposta pela ditadura. Ao levarmos em consideração o modelo econômico e ideológico defendido pelo autoritarismo, a situação se agravou porque foram as mulheres o grupo mais afetado pelas medidas neoliberais e conservadoras de Augusto Pinochet. Dessa forma, a carestia dos alimentos e o desemprego gerados pela crise econômica de 1982 também eram pautas femininas. É digno de nota que as agentes de classes menos abastadas necessitavam sustentar as suas famílias e sofriam com o mercado de trabalho que impôs ao gênero feminino, salários baixos e condições precárias de sobrevivência.

A sociedade chilena da época estava inserida em uma tradição patriarcal latino-americana. O modelo de família defendido era funcional para o sistema capitalista vigente. A mulher era o indivíduo responsável pela reprodução cotidiana e generacional da força de trabalho e da socialização, aspecto muito criticado pelo slogan *Democracia en el país y en la casa*. Assim, as mulheres tiveram as suas experiências destinadas ao espaço privado enquanto os homens ocuparam o público e foram encarregados de desenvolver ações consideradas produtivas para a nação chilena. A dominação materializada nas ações do Estado se conectou com a dominação de gênero existente nas relações pessoais. Os salários precários impostos às mulheres e a desvalorização das atividades de reprodução social, assim como a sua não remuneração também foram concebidos como formas de dominação de gênero (KIRKWOOD, 1982; SEPÚLVEDA, 2013; VALDÉS, 1987).

A teoria de reprodução social muito discutida por feministas marxistas se relaciona diretamente com as denúncias elaboradas pelas feministas chilenas. A teoria defende que o capitalismo em conjunto com toda a sua estrutura de exploração, fomenta o sexismo, acentuando a subordinação das mulheres. A separação da produção de pessoas da obtenção do lucro imposta pelo sistema, outorgou ao gênero feminino um trabalho não remunerado. Sem o trabalho de reprodução social desenvolvido por mulheres, sobretudo negras, indígenas e periféricas, não existe vida e força de trabalho. Assim, a organização da reprodução social tem a opressão de gênero como uma de suas bases e se beneficia da dicotomia público-privado para gerar lucros (ARRUZZA, BHATTACHARYA, FRASER, org. 2019, p.37-38).

O trabalho doméstico, afetivo, de cuidados, estipulado como gratuito e obrigatório, é a chave da produtividade do salário, sua parte oculta, sua dobra secreta. Por que oculta e secreta? Porque é próprio do capitalismo explorar esse trabalho através de sua divisão sexual, o que permite hierarquizar a relação entre sexos (ainda mais em relação aos corpos feminizados e subordinar o trabalho grátis, enquanto ele é desvalorizado politicamente (GAGO, 2020, p. 41).

Dora Barrancos (2008) argumentou em *Maestras, librepensadoras y feministas en la Argentina (1900-1912)* que a historiografia demorou a reconhecer a participação feminina em esferas que não abrangem a vida doméstica. Afinal, nas décadas finais do século XIX ocorreu uma maior separação entre as esferas pública e privada, sendo destinadas às mulheres as tarefas reprodutivas da vida humana. Para a autora, esta divisão e a reformulação dos códigos civis latino-americanos que expressaram a institucionalidade republicana contribuíram para que as mulheres fossem privadas de seus direitos.

Uma breve história de *Mensaje*

Mensaje é uma revista católica fundada pelo jesuíta Padre Hurtado em 1951 na cidade de Santiago, capital do Chile. O impresso circula no país na atualidade e até a data de escrita deste artigo publicou 714 edições. Entre os seus propósitos estão retratar para o público as realidades nacional e internacional de maneira crítica e cristã, usando como ferramenta o humanismo cristão - uma alternativa ao comunismo ateu e ao capitalismo explorador⁵. Vale ressaltar que teve relações com a *Vicaría de la Solidaridad* (1973-1992), instituição criada pela

⁵ Informações disponíveis no site oficial da revista <https://www.mensaje.cl/sobre-nosotros/>

Igreja Católica chilena que se tornou um grande instrumento de denúncia aos direitos humanos violados pelo autoritarismo⁶.

Ao longo de sua história, contou com um corpo editorial múltiplo composto por integrantes da Companhia de Jesus⁷ e por profissionais de áreas como economia, política, literatura, história e afins. Perante o recorte temporal usado neste trabalho (1983-1990), sofreu censura da ditadura militar, tendo edições extraviadas nos correios, perdas de patrocínios e páginas em branco por causa do seu conteúdo contrário ao governo. Além disso, um de seus diretores, Renato Hevia, foi preso em 1985 sob a acusação do Ministro do Interior de Augusto Pinochet devido a um editorial que questionou as violações aos direitos humanos cometidas pelo estado ditatorial.

Discursos feministas em *Mensaje*

Uma de nossas hipóteses é que *Mensaje* incorporou produções feministas em suas edições devido às manifestações populares que ocorreram no Chile em 1983. A crise econômica de 1982 rompeu com a ideia de milagre econômico imposto pela ditadura e corroborou para que setores que anteriormente haviam apoiado o golpe contra Salvador Allende, se somassem às mobilizações contra o autoritarismo do Estado. Os movimentos feministas alcançaram atuação de destaque no cenário nacional, não é por acaso que o slogan *Democracia en el país y en la casa* assumiu muita força neste período. Além disso, a Igreja Católica sofreu pressões internas e externas no que tange às suas ações contra a violação aos direitos humanos cometidas pelos militares. A entidade e seus diversos segmentos se viram obrigados a se aproximar de movimentos sociais e denunciar as formas de perseguição política instauradas pelo governo de Augusto Pinochet (CRUZ, 2015).

É interessante o quanto o conteúdo das produções feministas em *Mensaje* acompanharam as transformações políticas do país, moldando-se conforme as demandas da conjuntura nacional e internacional. A partir de 1988, ano da realização do plebiscito que optou pelo fim da ditadura militar com 55,99% de um total de 7.435.913 votos (Memoria Chilena), os discursos feministas materializados em nossa fonte expressaram um tom de unidade não apenas entre os movimentos de mulheres, mas também entre toda a sociedade chilena. Observa-

⁶ *La Vicaría de la Solidaridad (1973-1992)*. Disponível no site Memoria Chilena <http://www.memoriachilena.gob.cl/602/w3-article-3547.html>.

⁷ A Companhia de Jesus foi uma ordem religiosa fundada em 1539 por São Inácio de Loyola, se caracterizou pela obediência ao papado e por rígida disciplina espiritual (Memoria Chilena).

se um discurso que prezou pela institucionalidade e conciliação com o neoliberalismo fomentado pelo próprio regime de exceção.

Nelly Richard (2001), identificou as problemáticas dos discursos feministas chilenos que marcaram o período de transição democrática, iniciado depois do plebiscito de 1988 e importante sinalizador do processo de abertura para a democracia. Os governos da *Concertación de Partidos por la Democracia* (1988-2009)⁸ deram continuidade às políticas neoliberais impostas pela ditadura de Augusto Pinochet que conciliaram repressão e modernização. Para a autora, a política de transição adotou o consenso como forma de neutralizar forças que anteriormente se encontravam em disputa. Um organismo que materializa muito bem o discurso conciliador presente nos movimentos feministas é a *Concertación de Mujeres por la Democracia*:

Nesse ciclo de resistência, surgiram órgãos específicos de defesa dos direitos humanos e o Movimento Concertación das Mulheres pela Democracia que, por um lado, serviu como instrumento unificador e, por outro, criou resistências por sua adesão à frente de centro-esquerda Concertación. A agitação das mulheres foi decisiva no referendo em que triunfou o “Não” - em outubro de 1988 - que impediu Pinochet de prolongar a ditadura por mais uma década. O slogan fundamental que uniu a maioria dos movimentos - para além de sua disparidade - era “Democracia no país e em casa” (BARRANCOS, 2022, p. 170).

Dessa forma, consenso, memória e mercado foram a fórmula instrumentalizadora desta “democracia da transição” que moldou discursos e silenciou violências cometidas pelos militares. As negociações geradas pela democracia moderada contribuíram para a fragmentação e dispersão dos movimentos de mulheres que se radicalizaram nos anos de autoritarismo. Afinal, os mecanismos de transição fizeram muitas delas abandonarem a dinâmica de atuação em movimentos sociais impulsionadas pela promessa de exercer funções estatais que lhes possibilitasse disseminar a consciência de gênero em redes institucionais. A ideia era promover uma maior atuação do gênero feminino em cargos de representação pública da sociedade.

No Chile, os anos 80 são considerados como o momento do surgimento de grupos importantes, mas ainda temerosos da ditadura de Pinochet. De acordo com Nelly Richard (2001), um feminismo dividido entre o autônomo e o socialista. Argumenta ela que a “transição” chilena significou fragmentação, uma dispersão dos movimentos

⁸ A *Concertación de Partidos por la Democracia* tinha como objetivo lançar uma candidatura única para as eleições presidenciais de 14 de dezembro de 1989. No caso, Patricio Aylwin, eleito com 55,17% dos votos. Era composta pelo Partido Demócrata Cristão, o Partido Socialista, o Partido pela Democracia e o Partido Radical Social Democrata. Posteriormente, a *Concertación* elegeu outros três governos: Eduardo Frei (1994-2000), Ricardo Lagos (2000-2006) e Michelle Bachelet (2006-2010) (Memoria Chilena). Ainda nos dias atuais, a coalizão é criticada por pactuar com as políticas de conciliação e fomentar o neoliberalismo instaurado pela ditadura militar (LIMÓN, 2021).

sociais que exerceram grande força político-contestadora nos tempos da luta contra a ditadura (PEDRO, 2001, p. 5).

A reivindicação da unidade em prol do processo de abertura democrática esteve presente no texto *Demandas de las mujeres a la democracia* de Alicia Frohmann, publicado em *Mensaje* na sessão *Hechos y comentarios* de agosto de 1988. O artigo, mencionou que 22 coletivos e organizações feministas apresentaram em julho daquele ano uma proposta que prezou a união entre todas as mulheres chilenas. Além disso, enfatizou que estas sujeitas deveriam manifestar quais são as suas demandas frente a democracia e a necessidade de incorporá-las no projeto político aspirado pela maioria da população.

Alicia Frohmann (1988), assim como outras feministas atuantes em *Mensaje*, defendeu que não existe democracia sem a participação feminina em todos os âmbitos políticos e sociais e para sustentar a sua ideia mencionou mobilizações e marcos históricos protagonizados por mulheres. A autora salientou que a proposta feminista das instituições que se reuniram fez uso de documentos marcantes dos movimentos de mulheres no Chile como a plataforma do MEMCH'83 (*Movimiento pro Emancipación de la Mujer Chilena*) e o ofício apresentado na *Asamblea de la Civilidad* em 1986. Observamos no artigo, o resgate histórico do passado das mulheres chilenas para articulação no presente e construção de um futuro emancipador e feminista.

Mesmo com todos os silêncios decorrentes das estruturas de poder, a importância de valorização das mulheres enquanto trabalhadoras foi outro ponto levantado pelo documento construído pelos coletivos e organizações feministas. Esta valorização não passava apenas pelo plano social, mas também pelo econômico. Esta lógica reconheceu que o trabalho doméstico deveria ser remunerado e o entendeu enquanto atividade essencial para a reprodução da vida e força de trabalho existente na sociedade chilena.

Con este fin, se propone que el trabajo doméstico sea compartido por hombres y mujeres; que se asegure una previsión para la dueña de casa; que se garantice el derecho de las mujeres a un trabajo remunerado y elimine todo tipo de discriminación en cuanto a sueldo y salario y acceso a cargos de responsabilidades y directivos (FROHMANN, 1988, *Mensaje*, nº 371, jul., p. 342).

Os debates sobre os salários destinados às mulheres são uma das características da economia feminista emancipatória. É uma necessidade do sistema capitalista usufruir do trabalho não remunerado das mulheres e ordenar o salário como ferramenta de manutenção da divisão entre o público e o privado e hierarquização entre os gêneros (GAGO, 2020). Mesmo

com a demanda explícita por remuneração do trabalho doméstico, o texto não desenvolveu uma crítica direta ao capitalismo explorador orquestrado pela ditadura. O que evidencia o tom moderado existente entre as atuantes de *Mensaje* e solidifica a ideia de que o golpe de 11 de setembro de 1973 não foi apenas um plano de destruição da Unidade Popular, mas também um projeto de desarticulação dos partidos políticos, implementação da modernização socioeconômica e despolarização do povo chileno, o que inclui o enfraquecimento das mobilizações radicais advindas dos movimentos feministas (VALDIVIA, 2015).

No entanto, em 1986, a própria Alicia Frohmann escreveu para a sessão *Libros de Mensaje* um texto chamado *El trabajo doméstico remunerado*. Nele, a autora desenvolveu uma resenha crítica do livro *Yo trabajo así ... en casa particular* de autoria de Rosalba Todaro e Thelma Gálvez, publicado pelo *Centro de Estudios de la Mujer*⁹. A obra conta a história de quatro trabalhadoras de casas particulares, Magdalena, Luz, Patrícia e Elcira.

Na resenha, Frohmann (1986), usou em diversos momentos o termo "trabalhadoras" ao se referir às condições de trabalho precarizadas das protagonistas do livro e a invisibilidade que este tipo de atividade recebe. Ela realizou uma crítica um pouco mais direta ao sistema capitalista ao dizer que as condições de trabalho atribuídas à estas sujeitas não era um dado natural e sim, o resultado de uma estrutura sociocultural hierarquizada que sustenta a opressão da mulher e a dupla opressão sofrida pelas mulheres que trabalham com o serviço doméstico. Uma comparação entre os dois textos publicados pela escritora e as demais produções da revista, nos permite induzir que houve uma transição entre o tom adotado pelas feministas de 1986 para 1988. Ao que tudo indica, a mudança de postura é decorrente da conjuntura política chilena que substituiu a denúncia explícita do capital pela conciliação entre amplos setores políticos, econômicos e sociais.

Um outro texto importante para pensarmos tal questão é *Una aproximación histórica: sobre la vocación política de las mujeres* de Mariana Aylwin, publicado em setembro de 1990. O artigo é uma versão do trabalho apresentado no seminário *¿Existe la vocación política de la mujer?* realizado em Santiago, contém cinco páginas, está presente na seção intitulada *Sociedad* e dividido em sete tópicos: *La lucha por el voto femenino*, *Sorprendente retirada*, *Mujeres en el Parlamento*, *Protagonismo en crisis de sobrevivencia*, *Situación legal desmedrada*, *Políticas estatales hacia la Mujer* e *¿Servir sin mandar?*. A escolha por analisar esse artigo se deu porque

⁹ O *Centro de Estudios de la Mujer* foi criado em abril de 1984 por um grupo de pesquisadoras das áreas das ciências sociais e econômicas. A instituição se dedica aos estudos sobre gênero e desenvolve formações, assessorias e investigações nas áreas de Trabalho e Emprego, Cidadania e Política e Políticas Públicas. Disponível em <https://cem.cl/nosotras/>.

ele explicita muito bem a articulação entre discursos feministas, institucionalidade, neoliberalismo e a política do consenso estipulada pela *Concertación*.

O escrito realizou uma análise da participação política das chilenas no mundo político formal e as políticas estatais destinadas às mulheres ao longo dos acontecimentos históricos. Ao desenvolver as suas ideias, apontou a dificuldade da integração feminina na vida política e a existência de toda uma estrutura que impede o acesso feminino a este ambiente, condicionando-lhe uma participação pública limitada. Ao defender que a vocação política tem gênero, buscou por respostas na história recente do Chile para sustentar o seu argumento.

O texto da historiadora, também exemplifica o compromisso das feministas em *Mensaje* em romper com a dicotomia público-privado e de salientar o quanto as tarefas de reprodução social demandam que o Estado elabore iniciativas de proteção às mulheres e sua família. Ao longo de seu escrito, por exemplo, foi destacado o quanto as leis de jardins de infância foram praticamente elaboradas por parlamentares mulheres durante o “Silêncio Feminista” e o fato das mulheres atuantes no Congresso, enfatizarem as suas condições de mães e esposas de forma conservadora, assim como os próprios homens fizeram.

É interessante que o trabalho de Mariana Aylwin (1990) foi o mais completo que encontramos em *Mensaje* se levarmos em consideração o resgate da luta histórica das mulheres no Chile. O texto foi publicado em setembro de 1990 quando o seu pai, Patricio Aylwin, já havia tomado posse como presidente da República. É notável que a sua publicação conteve cinco páginas e esteve presente na sessão *Sociedad*, entre os escritos analisados neste trabalho, está entre os que possuem um maior número de páginas. Será que o espaço recebido pela autora no impresso consistia em forma de expressar para o público leitor de *Mensaje* o compromisso do novo governo com as pautas femininas? Provavelmente, o ato foi uma maneira de explicitar o apoio da revista ao programa político desenvolvido pela *Concertación*.

Outro aspecto que necessita ser considerado é que Mariana Aylwin criou em 1987 a *Concertación de Mujeres por la Democracia* e paralelamente foi nomeada como vice-diretora nacional do *Departamento de la Mujer del Partido Demócrata Cristiano* e secretária executiva da *Fundación para el Desarrollo y la Cultura Popular*. No mesmo ano da publicação de seu texto, assumiu o cargo de *Dirección de Estudios del Ministerio Secretaría General de la Presidencia*. Os dados evidenciam que a historiadora teve participação direta e nada imparcial

na política chilena de seu contexto e que cabe a nós investigar a intencionalidade por trás de seu discurso¹⁰.

Vale destacar que as conexões entre feminismos, institucionalidade e neoliberalismo se manifestaram em outras produções expressas em *Mensaje* durante o recorte temporal de 1983 a 1990, ao todo foram mais de 20 textos mapeados e investigados, porém os materiais aqui mencionados foram escolhidos para compor este trabalho por acreditarmos que melhor comportam os seus objetivos. Outro ponto a ser observado é que a própria esquerda concebia o feminismo como subalterno e alegava que as suas reivindicações eram opressoras e radicais. O fato foi denunciado por mulheres em nossa fonte e debatido dentro das diversas organizações feministas daquele contexto. Às mulheres componentes de instituições de esquerda eram destinadas tarefas domésticas, um reflexo do que a sociedade como um todo esperava do sujeito mulher. Em *Acerca del lugar de las mujeres en política ¿Una mujer presidente?*, Josefina Rosseti (1988), por exemplo, salientou que as mulheres correspondiam à metade da população eleitoral do Chile e mesmo assim não participavam, de forma destacada, das análises políticas do país. Ao refletir sobre a pouca expressão de lideranças femininas nos cargos públicos destacou “¿Participar en política para servir el café?”¹¹. Uma crítica a hierarquia de gênero presente dentro dos partidos e outras instituições que enxergavam a participação feminina na política como uma extensão do espaço privado.

Considerações Finais

Observa-se que o feminismo materializado em *Mensaje* está inserido entre as inúmeras formulações teóricas que abrangem as segundas ondas dos feminismos latino-americanos e apresenta similitudes com as suas principais características: o entendimento de que o pessoal é político, o uso de frases de efeito como *Democracia en el país y en la casa* e a denúncia da violação aos direitos humanos cometidas pelos militares. No entanto, contém as suas diferenças, sendo a mais marcante, o não aprofundamento de temáticas sobre a sexualidade feminina. O que evidencia a complexidade de nossa fonte e a multiplicidade de movimentos feministas existentes na América Latina da década de 1980 e no próprio Chile.

¹⁰ Mariana Aylwin Oyarzún, Reseñas biográficas parlamentarias. Disponível em https://www.bcn.cl/historiapolitica/resenas_biograficas/wiki/Mariana_Aylwin_Oyarz%C3%BAAn. Acesso em 20 de outubro de 2022.

¹¹ ROSSETI, J. *Acerca del lugar de las mujeres en política: ¿Una mujer presidente?*, *Mensaje*, Santiago, nº 368, Maio, 1988, p. 145.

Reiteramos que a mulher era uma das bases de sustentação da estrutura social chilena, reprodutora da força de trabalho e foi diretamente afetada pela crise econômica que gerou baixos salários e carestia de itens básicos de consumo. Logo, estas questões eram caras para elas, principalmente para as não-brancas e pobres. Somada à crise econômica, havia o grande número de desaparecidos e perseguidos pela repressão do Estado, o que mobilizou até mesmo sujeitas que nunca se organizaram politicamente antes, a protestarem em nome da sua família.

Porém, a exploração econômica que sustentou essa estrutura social não foi discutida de forma profunda nos textos investigados neste trabalho. Os discursos aqui presentes adotaram um caráter de conciliação com o neoliberalismo e a institucionalidade conforme o processo democrático ganhou corpo, sobretudo a partir do ano de 1988. O que não significa que as feministas atuantes em *Mensaje* desconheciam as realidades das sujeitas que mais sofreram com os impactos econômicos do governo de Augusto Pinochet, mas que optaram por seguir um caminho de negociações e concessões que interferiu diretamente em seus discursos e práticas. Afinal, diante da conjuntura de repressão, esta pode ter sido a única forma de sobrevivência e participação política que encontraram.

Referências

- ARRUZZA, BHATTACHARYA, FRASER. org. **Feminismo para os 99% - Um manifesto**. Editora Boitempo, 1.ed. 8 mar. 2019.
- BARRANCOS, Dora. Chile. In: **História dos feminismos na América Latina**. 1.ed., Rio de Janeiro, Bazar do Tempo, 2022, p. 159-172.
- BARRANCOS, Dora. Maestras, librepensadoras y feministas en la Argentina (1900-1912). In: ALTAMIRANO, Carlos; MYERS, Jorge. **Historia de los intelectuales en America Latina**. Buenos Aires: Katz Editores, 2008, p.465-491.
- CRUZ, María. A Igreja Católica, a ditadura e os dilemas da memória no Chile. In: QUADRAT, S; ROLLEMBERG, D. (org.). **História e Memória das ditaduras do século XX**. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2015, p. 369-393.
- C. RICHARD, Nelly. **La problemática del feminismo en los años de la transición en Chile**, 2001. Disponível em <http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/gt/20100914035407/15richard.pdf>
- C. RICHARD, Nelly. A escrita tem sexo? In: RICHARD, Nelly. **Intervenções críticas**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.
- DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. Boitempo, 1.ed., 2016, p.67. La Compañía de Jesús en Chile. Disponível em: <http://www.memoriachilena.gob.cl/602/w3-article-677.html>.
- GAGO, Verónica. **A potência feminista ou o desejo transformar tudo**. Editora Boitempo, São Paulo, Editora Elefante, 2020.

KIRKWOOD, Julieta. **Ser política en Chile: Las feministas y los partidos políticos**, 2.ed, Santiago, Cuarto Propio, 1982.

LARGO, Eliana. 50 anos de feminismo no Chile: texto e contexto. In: **50 anos de feminismo: Argentina, Brasil e Chile: a construção das mulheres como atores políticos e democráticos**. Ed.1, São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, FAPESP, 2017, p. 99-135.

LIMÓN, Tinta. **Chile em chamas: a revolta antineoliberal**. São Paulo, Editora Elefante, 2021.

ODILA, Maria. Novas subjetividades na pesquisa histórica feminista: uma hermenêutica das diferenças. HOLLANDA, Heloisa (org.). In: **Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto**. Rio de Janeiro, Bazar do Tempo, 2019, p. 357-369.

PEDRO, Joana. Os feminismos e os muros de 1968, no Cone Sul. **Clio - Série Revista de Pesquisa Histórica**, n. 26-1, 2008.

PEDRO, Joana. Trajetórias políticas em mudanças: tornar-se feminista no Cone Sul. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH • São Paulo**, julho, 2001.

SEPÚLVEDA, Vanessa. Democracia en el país y en la casa. Reflexión y activismo feminista durante la ditadura de Pinochet (1973-1990). **Cuadernos Kóre**. Revista de historia y pensamiento de género N° 8 (Primavera-Verano 2013), p. 96-117. Disponível em www.uc3m.es/cuadernoskore.

VALDÉS, Teresa. **Las mujeres y la dictadura militar en Chile**. FLACSO Chile, n.94, 1987.

VALDIVIA, Verónica. Pinochetismo e guerra social no Chile. In: MOTTA, Rodrigo Patto Sá (org). **Ditaduras Militares: Brasil, Argentina, Chile e Uruguai**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2015, p. 121-141.

WOITOWICZ, K. PEDRO. J. **O Movimento Feminista durante a ditadura militar no Brasil e no Chile: conjugando as lutas pela democracia política com o direito ao corpo**. Ano X, n. 21, 2º. Semestre, 2009, p. 43-55.

Fontes e sites/repositórios

Exemplares de *Mensaje*, disponíveis nas bibliotecas digitais da revista e da Universidade Alberto Hurtado: <https://www.mensaje.cl/biblioteca/> e <https://repositorio.uahurtado.cl/handle/11242/9746>. Acesso em 23 de outubro de 2022.

Centro de Estudios de la Mujer. Disponível em <https://cem.cl/nosotras>. Acesso em 18 de novembro de 2022.

La Vicaría de la Solidaridad (1973-1992). Disponível no site Memoria Chilena <http://www.memoriachilena.gob.cl/602/w3-article-3547.html>. Acesso em 18 de novembro de 2022.

Mariana Aylwin Oyarzún, Reseñas biográficas parlamentarias. Disponível em https://www.bcn.cl/historiapolitica/resenas_biograficas/wiki/Mariana_Aylwin_Oyarz%C3%BAn. Acesso em 20 de outubro de 2022.